Diário • Ano III • N.º 1817 • 0,80€ • **QUARTA-FEIRA** 26 de agosto de 2020

Diretor Agostinho Silva **Subdiretores** Miguel Silva e Edmar Fernandes

jm-madeira.pt

JM

SEGURANÇA

EMIR chamou a Polícia

Ajuntamento e consumo de álcool na Rua das Fontes, na madrugada de domingo, levaram equipa médica a pedir a intervenção da PSP. Pág. 15

COVID-19

Mulher infetada esteve de férias no Porto Santo

Caso foi mediatizado por Jorge Gabriel que é um dos contactos. O apresentador já testou negativo, mas está em quarentena, assim como outras 10 pessoas no Porto Santo que aguardam resultados. Pág. 10

HORÁRIOS DO FUNCHAL

Seguros custam 1,2 milhões

Pág. 19

CULTURA

Woody Allen 'vem a Terreiro'

Pág. 27

SÃO VICENTE

Caminho entre as Ginjas e o Paul avança no início de 2021 Pág. 11

DIÁSPORA

Emigrantes na África do Sul passam "grandes carências"

Pág. 13

Política social gera reparos

Jornadas Madeira com edição rica na Ribeira Brava. Demografia, terceira idade e a necessidade de cruzar apoios foram alguns dos temas que preencheram o debate. Além dos oradores, da plateia chegaram elogios, mas também reparos pelos atrasos do Governo e medidas avulso. A presidente da Segurança Social deixou esclarecimentos

Págs. 3 a 9

FOTO JOANA SOUSA

Animação noturna gerou mais de 200 reclamações

A Autoridade Regional das Atividades Económicas recebeu, desde março, mais de duas centenas de reclamações dos estabelecimentos de animação noturna. Falta de máscaras, de plano de contingência e ausência de distanciamento social foram as principais razões. Houve 30 infrações confirmadas e um espaço foi obrigado a fechar durante um mês. Pág. 10

POLÍTICAS SOCIAIS

Elogios e críticas em jornada fértil

Oradores e plateia deixaram vários contributos para maior eficácia. Foram apontados bons exemplos e outros caminhos. Foi responsabilizada a família dos idosos e denunciadas os falsos pedintes. A tutela espera ferramenta para cruzamento de dados.

Jornadas JM Madeira 2020

Por ***Miguel Silva***
msilva@jm-madeira.pt

FOTO JOANA SOUSA

A tenda montada no adro da igreja da Ribeira Brava ajudou ao debate construtivo de ideias sobre política social.

Pela primeira vez ao ar livre, a iniciativa Jornadas Madeira, promovida pelo JM, teve ontem uma edição bastante rica em contributos e elogios, mas também em reparos e ideias para reflexão. A partir do adro da igreja da Ribeira Brava foram deixadas sugestões sobre políticas sociais válidas para toda a Madeira.

A primeira intervenção, a cargo do presidente da Assembleia Legislativa, ajudou a ditar o rumo de uma edição que trocou as questões partidárias por observações sérias e comprometidas com as práticas sociais. José Manuel Rodrigues abordou os efeitos da pandemia, alertou para a desertificação, o declínio populacional. Admitiu que os cheques bebé não chegam, avisou para as falhas do sistema fiscal, reiterou a importância de descentralizar serviços para fora da capital. Aconselhou a não ter medo dos grandes grupos económicos, deixou elogios a programas governamentais como o FAROL e o FEAS. E preveniu: ainda vamos ter meses dolorosos antes da retoma gradual e difícil.

Também a segunda intervenção deu mais ênfase ao realismo do que à obra já feita. O orador foi Bernardino Trindade, presidente do Centro Social e Paroquial de São Bento. O sacerdote foi incisivo de assertivo. Ganhou a concordância e o apoios dos que o escutavam quando lembrou, por exemplo, que as famílias devem ajudar mais na vida dos idosos. Há custos sociais que devem ser repartidos, apontou antes de admitir que há pessoas muito habituadas aos subsídios. "Todos deviam contribuir, nem que fosse pouco", defendeu.

De contributos falou também o presidente da Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira (ADRAMA). Henrique Silva traçou o tipo de atividade que é feita, lembrou os apoios disponíveis, elogiou entidades parceiras e pediu contributos para o novo quadro comunitário.

A última intervenção veio do presidente da Câmara da Ribeira Brava. Ricardo Nascimento sustentou o seu pensamento sobre políticas sociais em "cinco palavras" para exemplificar áreas onde considera fundamental haver preocupação social. O autarca deu exemplos concretos, identificou problemas e soluções. E terminou com uma frase em jeito de recado sem destinatário definido: "As políticas sociais são para o bem estar das populações e não para alimentar egos".

Este ambiente de reconhecimento pelo que está feito, mas também de crítica construtiva e apartidária durou toda a manhã. A plateia também ajudou com questões pertinentes que dariam para alargar ainda muito mais o debate. A experiência e o saber de quem assistiu à palestra ajudou a centrar as preocupações no que é verdadeiramente essencial e permitiu deixar um leque de contributos muito útil a qualquer decisor com influência nas chamadas políticas sociais.

Provedoras lembram atrasos e apontam caminhos

Cecília Cachucho e Nélia Martins fizeram duas das mais emotivas intervenções da manhã. As provedoras da Santa Casa da Misericórdia da Calheta e de Machico falaram com o coração. Alertaram para as medidas extraordinárias que tiveram de tomar desde o início do ano devido à pandemia. Elencaram custos adicionais. Somaram as dificuldades organizacionais que tiveram e o esforço que é feito para manter os utentes em condições de segurança. No entanto, alertaram também para atrasos nas prometidas ajudas do Governo Regional.

Fugindo à crítica destrutiva, tanto Cecília Cachucho como Nélia Martins deixaram sérias preocupações, uma vez que estamos em agosto e a ajuda não chegou. A provedora da Calheta lembrou que as Misericórdias são entidades parceiras do Governo e a dirigente de Machico pediu medidas globais em vez de políticas de remedeios. Também a diretora do Lar da Tabua sugeriu que é tempo de passar das palavras ao atos. E o presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava denunciou os que pedem a diversas instituições. Numa jornada que fugiu do plano político-partidário, as deputadas Olga Fernandes (PS) e Clara Tiago (PSD) deixaram observações estritamente no âmbito das políticas sociais.

JM
quarta-feira
26 de agosto de 2020

ASSEMBLEIA REGIONAL

Prova para a humanidade

FOTO JOANA SOUSA

José Manuel Rodrigues sublinhou que esta é uma ocasião para rever o modelo de desenvolvimento na Região.

Por ***David Spranger***
davidspranger@jm-madeira.pt.pt

José Manuel Rodrigues abriu as Jornadas Madeira 2020 na Ribeira Brava. No seu discurso, o presidente da Assembleia Regional frisou que "a humanidade está a ser posta à prova". "Queira-se ou não", prosseguiu, "nada voltará a ser igual depois desta pandemia, pois esta veio pôr a descoberto as enormes fragilidades", disse.

Assim, "temos mesmo que mudar de vida e de políticas se quisermos defender o bem primeiro que é a nossa saúde. Há muitos madeirenses a atravessarem enormes dificuldades, derivadas da pandemia, mas também de um sistema económico e social que não estava preparado para lidar com uma situação como aquela que vivemos. Esta pandemia é um tormento, mas pode ser também uma oportunidade".

José Manuel Rodrigues lançou um olhar específico para a Região. Na Madeira, a pandemia revela-se, também, "uma oportunidade para repensar o nosso modelo de desenvolvimento, dependente, excessivamente, do turismo e da construção e uma oportunidade para lançarmos as bases de uma sociedade mais equilibrada, com melhor redistribuição dos recursos e da riqueza".

A nível social, constatou que "a primeira prioridade do novo ciclo é inverter o declínio populacional da Madeira", porque, enfatizou, "estamos a perder população e as projeções indicam que nas próximas décadas será sempre a descer se nada for feito. Somos agora cerca de 254 mil pessoas e em 2035, daqui a quinze anos, poderemos ser apenas 227 mil", num "decréscimo que pode provocar alguns problemas económicos e de sustentabilidade financeira da Segurança Social".

Assim, "cabe-nos defender bons serviços de lares e de acolhimento, caso as famílias não tenham capacidade de resposta, mas também cabe às Instituições de Solidariedade Social e à iniciativa privada apostar numa oferta de serviços capaz de responder a necessidades básicas das pessoas que já estão reformadas que têm dificuldades de mobilidade, mas que vivem nas suas casas. Falo da entrega de medicamentos e de compras, a ajuda domiciliária, a ida ao médico ou a um evento cultural e o acompanhamento noturno aos que residem sozinhos, só para citar alguns exemplos".

"Não devemos ter medo de grupos económicos fortes, pujantes, a competir no mercado nacional e internacional, geradores de lucro, pois isso é a melhor garantia de que vão criar emprego qualificado para os mais jovens e remunerar bem o seu trabalho", alertou, também.

"As políticas sociais só por si resolvem pouco, já que, demasiadas vezes, atacam as consequências, mas não vão às causas da miséria, pobreza, privação e exclusão social. E a causa é uma economia em recessão ou estagnada que gera emprego precário e pouca riqueza que, ainda por cima, não é equitativamente bem distribuída". É verdade, referiu, "que os governos e os Municípios foram rápidos nas respostas a muitas destas situações", mas "é igualmente certo que a burocracia fez demorar, adiar ou mesmo anular muitos apoios prometidos".

Perspetivando, "a retoma vai ser gradual, lenta, difícil e só quando começarem a chegar verbas da UE, no início do próximo ano, e o turismo regressar ao ritmo normal é que poderemos aspirar a uma mudança no frágil tecido social da Região. Até lá temos que fazer tudo para manter a paz social nas nossas ilhas, pois essa é uma condição essencial para voltarmos a ter crescimento económico e emprego".

José Manuel Rodrigues é de opinião que "uma dúzia de apoios sociais não fazem uma política social. São importantes, mas não vão à raiz do problema. Podem, mesmo, se muito prolongadas no tempo, criar subsidiodependências nefastas".

"Neste momento muito difícil da vida da nossa Região, reafirmo a urgência de um pacto para o Crescimento Económico, o Emprego e a Justiça Social, envolvendo governo, maioria, oposições, partidos, parceiros sociais empresariais e sindicais, câmaras, juntas de Freguesia, associações da sociedade civil, Instituições Particulares de Solidariedade Social, escolas, paróquias, toda a comunidade, num movimento que possa gerar uma nova era de progresso e desenvolvimento, com melhores empresas, mais emprego e mais equilíbrio social", reivindicou.

> **Temos de lutar contra a indiferença na sociedade que nos conduz ao conformismo.**
>
> **Temos de eliminar uma das piores doenças da sociedade: o vírus da injustiça social.**
>
> **José Manuel Rodrigues**
> presidente da ALRAM

QUATRO GRANDES DESAFIOS, SEGUNDO JOSÉ MANUEL RODRIGUES

1 **"Acabar com este inverno demográfico na Madeira e ter políticas ambiciosas que permitam dar mais qualidade à vida dos nossos maiores e fazer crescer a natalidade. Este objetivo não se consegue, apenas com cheques-bebé ou com subsídios, mas com um forte investimento no apoio às famílias, com novas políticas fiscais e de segurança social e com novas leis laborais que propiciem aos jovens casais estabilidade no mercado de trabalho. A base de qualquer política social é o emprego, tendo o máximo de postos de trabalho com salários justos e o mínimo de desempregados com perspetivas de voltar ao mercado laboral. Quando as pessoas têm trabalho bem remunerado, grande parte dos problemas sociais estão resolvidos. Só assim, conseguiremos manter o Estado Social, assegurando a renovação das gerações e garantindo aos mais idosos que vivem, e ainda bem, cada vez mais anos, a necessária qualidade de vida, as suas pensões, os apoios nas suas residências e nos lares e o acesso aos cuidados de saúde".**

2 **"A distribuição da riqueza. O nosso sistema fiscal e de segurança social castiga em demasia os rendimentos do trabalho e não incentiva a produção e a competitividade, nem premeia o esforço e o mérito. O resultado é uma classe média duramente castigada e com tendência para empobrecer ou estagnar. Isto é, o nosso elevador social está parado há demasiado tempo. O sistema fiscal e todas as outras políticas têm que ser reformadas para permitir uma melhor redistribuição da riqueza, criada anualmente na região e no país e para esbater o fosso entre os mais pobres e os mais ricos".**

3 **"As desigualdades territoriais, como a desertificação do norte da Madeira e dos concelhos mais afastados do Funchal, que provoca uma macrocefalia na capital e constrangimentos no acesso à saúde, à educação e a outros serviços essenciais. A descentralização de competências e meios financeiros para os Municípios mais afetados pelo despovoamento e a descentralização de serviços públicos para esses concelhos pode ser um caminho a percorrer".**

4 **"A Educação e qualificação dos nossos ativos que é ainda muito insuficiente, o que contribui para uma baixa produtividade e induz a prática de baixos salários, o que leva a uma manutenção da pobreza estrutural. Precisamos de uma forte aposta na digitalização das empresas e do ensino, na qualificação de trabalhadores e empresários e na promoção dos cursos técnico-profissionais, pois só assim poderemos ter empresas de maior dimensão, a produzir mais e a criar empregos mais bem pagos".**

RICARDO NASCIMENTO

Trabalho de política social "não é só para coitadinhos"

O presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava expôs no seu discurso o trabalho desenvolvido pela autarquia na área das políticas sociais, que nunca devem servir "para alimentar egos".

Por ***Catarina Gouveia***
catarina.gouveia@jm-madeira.pt

Ricardo Nascimento, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, no discurso que encerrou mais uma edição das Jornadas Madeira que decorreram precisamente no concelho que preside, começou por deixar vincado que falar de políticas sociais "não é falar só de apoios". É "trabalhar para o bem-estar das populações" e "não só para os coitadinhos", nem tão pouco "para alimentar egos".

Para falar de políticas sociais, decidiu associar ao tema cinco palavras: Saúde, habitação, educação, lazer e emprego. Premissas utilizadas, e retrocedendo até 2013, quando começou a ser traçado o projeto social a nível da autarquia da Ribeira Brava.

Entre as várias conquistas e projetos, Ricardo Nascimento anunciou que a autarquia está, neste momento, a trabalhar num relatório em que será delineada uma estratégia local para habitação do município – para posterior aprovação por parte do IRU -, para que seja criada uma ferramenta que torne possível, havendo verbas comunitárias, fazer candidaturas para conseguir maiores apoios, uma vez que "o dinheiro não abunda" e é necessário "ir a todos os cantinhos" para "poder melhorar as condições dos munícipes".

FOTO JOANA SOUSA

"Políticas sociais são para o bem-estar das populações, e não para alimentar egos", afirmou o autarca.

Saúde

As ações de sensibilização da autarquia na área da saúde "foram sempre patentes", sobretudo este ano, por razões óbvias, afirmou Ricardo Nascimento. O autarca enalteceu as feiras da saúde realizadas pela autarquia, com profissionais de saúde, associações entre outros. Para além do programa de apoio ao doente oncológico, foi aprovado o cartão do idoso, direcionado a idosos cujas pensões estão abaixo do salário mínimo regional, para os ajudar nos custos com a aquisição de medicamentos, fraldas, e até exames de diagnóstico. Neste âmbito, são mais de 400 idosos a receber ajuda no concelho.

Habitação

Não sendo "um defensor da entrega de habitação a custo zero a ninguém", Ricardo Nascimento assegura que sempre foi prioridade que todos os munícipes tivessem" o seu cantinho". Reconhece, contudo, que há muitos sem "habitação digna para viver". Com a aprovação do regulamento de apoio a famílias carenciadas para reabilitar as suas habitações, em dois anos estão já a ser apoiadas cerca de 20 famílias na área da habitação social, afirmou. O edil realçou que a Ribeira Brava tem também as taxas mínimas possíveis de IMI, e a existência de taxas urbanísticas especiais para jovens que se queiram fixar no concelho, assim como para famílias numerosas e carenciadas.

Educação

No que toca no investimento na formação, o presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, lembrou que há dois anos a autarquia criou o apoio ao pagamento das creches e jardins de infância, contribuindo com 25% deste valor. O edil referiu que com o impacto do covid-19 na vida das famílias, este apoio irá aumentar para 40% a partir de setembro. No seu discurso nas Jornadas Madeira, lembrou também a existência de transporte gratuito às escolas dos alunos do 1.º ciclo, o apoio aos manuais e material escolar, a atribuição de uma bolsa de 500 euros a alunos do ensino superior e ainda a Universidade Sénior. Uma política de "agir desde o berço até às pessoas menos jovens", salientou.

Lazer

Nesta vertente, Ricardo Nascimento salientou o Espaço Intergeracional de São João, uma obra co-financiada mediante uma candidatura à ADRAMA, e afirmou que este ano deverá abrir o Espaço do Artesão no Campanário, mais um espaço de formação "nas áreas mais antigas" da tradição madeirense, que resulta da reconversão do antigo espaço em que estava instalada a Junta de Freguesia do Campanário.

Emprego

O edil acredita que tem sido feita uma dinamização cultural para contrariar o facto de que a Ribeira Brava sempre foi uma terra com muitos serviços, visitada por pouca gente. Dá como exemplo mais recente os 'Sunsets À BRAVA', um conjunto de concertos ao vivo que prosseguem nos próximos dois fins de semana, que serviram também para dar dinamismo à restauração. Enalteceu ainda o projeto 'Brava Valley', a dinamização do Parque Empresarial da Ribeira Brava e, na área da mão de obra e construção civil, a maior celeridade no "despachar" dos processos urbanísticos.

JM
quarta-feira
26 de agosto de 2020

FOTO JOANA SOUSA

ASSOCIAÇÕES

Preparar com muito cuidado o quadro comunitário 21-27

Se os cuidados antes eram já redobrados, Henrique Silva alerta para a necessidade de aproveitar muito bem os valores que serão disponibilizados pela União Europeia no próximo quadro de apoios.

Por ***David Spranger***
davidspranger@jm-madeira.pt

Henrique Silva é o presidente da Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira [ADRAMA] e foi o terceiro orador das Jornadas Madeira 2020, na Ribeira Brava, subjacentes à temática das politicas sociais, em pleno período de pandemia.

Trançando um 'bilhete de identidade' da sua associação, Henrique Silva especificou que representa seis municípios e 28 juntas de freguesia, constatando que no conjunto daqueles concelhos – Santana, São Vicente, Porto Moniz, Ribeira Brava, Calheta e Ponta do Sol –, agregando ainda 17 Casas do Povo e mais de 20 Instituições Particulares de Solidariedade Social [IPSS], que ontem estiveram muito no foco do debate.

Grande problema, apontou Henrique Silva, é a redução de pessoas no conjunto destes concelhos, diminuindo de "mais de 49 mil em 2011, para 46.217 em 2017", pelo que esse será o primeiro combate: "travar a desertificação". Ademais, "há um problema de envelhecimento, mormente nos concelhos a norte, com mais preponderância", que urge inverter.

Mas, adverte, à semelhança de outros colegas de painel, "falar de social não é falar apenas de idosos", também ele comungando que é necessário ir à raiz do problema, criando condições de equidade entre todos.

Henrique Silva relevou o trabalho realidade no quotidiano, exaltando, mesmo, que "não necessitamos de Bruxelas ou mesmo do Estado Central para nos dizer o que temos de fazer". Isto porque, "assegura que a sua associação "está sempre no terreno" anunciando que "em outubro começaremos a ir a todos os nossos seis concelhos, para verificar os problemas e começar a preparar o próximo quadro comunitário, 21-27".

Este quadro, acentuou, terá "cerca de 50 por cento disponível para o setor público" e outro tanto "para o investimento privado", apelando a que as candidaturas surgem, num quadro atrativo que poderá ir até aos "80 por cento a fundo perdido", alertando ser imperioso um bom aproveitamento desses fundos.

Em outro âmbito, Henrique Silva 'condenou' a crítica gratuita, relevando que "nas casas do povo e nos lares, só quem lá está é que sabe a realidade", exaltando o mérito da Região na gestão destes espaços, mormente em tempo de pandemia. Aliás, neste propósito deixou ainda a critica implícita: "alguém já se preocupou com os problemas das Casas do Povo antes da covid?". É que, ripostou o próprio, "os problemas não são de agora".

Nas críticas, ainda que sem destinatário, referiu que "felizmente não tivemos mortes na Região, mas tivemos pessoas discutir a inconstitucionalidade de medidas, como se a vida humana não estivesse acima da Constituição", disse Henrique Silva.

Falou ainda de um "míssil invisível" que a assolou o mundo, solicitando união para que "todos juntos possamos encontrar soluções", privilegiando, sempre, os espaços rurais. Em suma, nos pontos altos da intervenção de Henrique Silva, ficou o seu apelo para que "nos ajudem a preparar o quadro comunitário de 2021-27", bem como esse grito de alerta no sentido de que é essencial "combater a desertificação".

> **Em outubro começaremos a ir a todos os nossos seis concelhos, para verificar os problemas e começar a preparar o próximo quadro comunitário, 2021-27, e é necessário aproveitar todos os fundos que irão estar disponíveis**
>
> **Henrique Silva**
> presidente da ADRAMA

O tempo em que as mulheres ficavam em casa para cuidar de seus filhos

Foi um dos pontos fortes da intervenção de Henrique Silva. O presidente da Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira [ADRAMA] abordou a questão da fraca natalidade, associada ao consequente excessivo nível de envelhecimento, à escala global, explicando o problema com uma analogia aos tempos idos, em que as mulheres tinham muitos filhos, quedando-se no lar para cuidar dos mesmos. Na plateia, foram muitas as mulheres presentes que se entre-olharam, tentando perceber o alcance da análise mas, refira-se, em abono da verdade, que Henrique Silva tão somente se limitou a constatar facto não transparecendo que estivesse a efetuar qualquer juízo de valor que chocasse com o politicamente correto. "Falar do social não é só falar dos idosos" e é necessário ir à raiz do problema, disse. A baixa natalidade preocupa-o, mas não poderá ser vista de forma isolada. "Talvez se houvesse mais mulheres disponíveis para ter mais do que um filho, se não tivessem que ir trabalhar todos os dias", os níveis de natalidade pudessem ser superiores, exaltando que hoje não é possível ficarem em casa, ao contrário desse passado, não tão remoto quanto isso.

BERNARDINO TRINDADE

População deve ser responsável pelos custos com os seus familiares

O presidente da Direção do Centro Social e Paroquial de São Bento defendeu "uma contribuição participativa" nos cuidados com os idosos, em detrimento do hábito de esperar por subsídios.

Por ***Catarina Gouveia***
catarina.gouveia@jm-madeira.pt

FOTO JOANA SOUSA

Pároco da Ribeira Brava salienta importância dos serviços de assistência ao domicílio.

O padre Bernardino Trindade defendeu ontem que "os filhos deviam ser responsabilizados na questão dos custos" com os seus familiares idosos, lamentando o hábito que se criou em esperar pelos subsídios, que deviam, a seu ver, dar lugar "à contribuição participativa". "Só assim", prossegue, é que a população "se irá responsabilizar pelos bens que são de todos". "Os filhos têm de desenrascar-se para cuidar dos seus bens, e os mais preciosos são o pai e a mãe", defende, considerando errado abandonar aqueles que "sempre cuidaram de nós durante a nossa infância".

Nesse âmbito, sugeriu uma participação mínima às famílias para que os idosos possam receber ajuda domiciliária nas suas casas. "Se nós madeirenses metermos a mão na consciência e dissermos que vamos todos contribuir para estes serviços, vai ser possível utilizar verbas para acudir outras situações", acredita o presidente da Direção do Centro Social e Paroquial de São Bento.

"Só temos serviços sociais bons e dignos se formos capazes contribuir", afirmou, acrescentando que a população não pode ser gulosa, seja num contributo "de cinco, ou de dez euros".

O pároco da Ribeira Brava começou o seu discurso nas Jornadas Madeira por salientar que as políticas sociais são transversais às várias idades e não só aos idosos, ainda que o foco da instituição particular de solidariedade social (IPSS) que lidera, sediada no concelho da Ribeira Brava, seja a terceira idade.

"Falha a rede de proximidade"

Para que os idosos tenham a maior qualidade de vida possível, Bernardino Trindade acredita que é preciso haver medidas "para que o idoso permaneça o máximo de tempo na sua habitação", e para isso são necessários serviços que se possam realizar nas respetivas casas dos idosos, uma vez que muitas vezes "falha a rede de proximidade social" com a família, de vizinhança e "aquelas caridades" que se vão fazendo "por amor a Deus e ao próximo" através das paróquias.

Com a existência de, por exemplo, cuidadores informais e centros de dia, o internamento em lar deve ser uma hipótese colocada "só em última análise", acredita, até pelos custos que tal implica.

220 refeições fornecidas

Para promover esta proximidade e bom ambiente social num envelhecimento com qualidade, frisa, é essencial a existência de apoios à alimentação e à medicação. Quanto ao primeiro aspeto, o Centro Social e Paroquial de São Bento possui um serviço de distribuição aos idosos, respondendo às necessidades de cada um deles, sendo que estão a ser fornecidas 220 refeições diariamente, das quais 45 são entregues a lares próprios que estão situados no concelho da Ribeira Brava, que recebem assim três refeições por dia durante toda a semana.

No âmbito da medicação, Bernardino Trindade salientou a importância dos ajudantes domiciliários na vida dos idosos, "heróis e heroínas" que "deviam ser mais bem pagos" por estarem sempre junto dos mais velhos, por vezes "mais do que a própria família". Colmatam a falta que os idosos sentem de ter "alguém com quem partilhar a sua existência".

Alertando para o facto de faltar, nas casas de muitos idosos, alimentação ou medicamentos, apelou a que cada pessoa olhe pelos seus idosos e se certifique de que pelo menos estas duas não faltam nos seus lares.

Outra questão que nem sempre é abordada no que concerne ao cuidado com os idosos é a garantia de que estes têm a possibilidade de lavar as suas roupas. É nesse sentido que enaltece a criação da lavandaria do Campanário, que proporciona a lavagem de roupa aos idosos e a entrega nas suas casas. São 40 os idosos que usufruem deste serviço, 13 dos quais situados na Ribeira Brava.

220

REFEIÇÕES distribuídas por dia pelo Centro Social e Paroquial de São Bento.

Centro Social e Paroquial de São Bento chega a 1.790 idosos

Em colaboração com o Governo Regional, o centro presidido pelo padre Bernardino Trindade, presta atualmente apoio a 1.790 idosos pela Região. Recorde-se que este centro, com 24 anos de serviço no terreno, tanto na Ribeira Brava como por toda a ilha, foi distinguido no passado dia 1 de julho, Dia da Região, com a Insígnia Autonómica de Bons Serviços.

"Penso que os nossos idosos estão bem servidos com as condições sociais que aqui são colocadas", disse ontem Bernardino Trindade, salientando a existência, no caso do concelho da Ribeira Brava, de centros de dia em todas as suas freguesias, e de duas estruturas residenciais para idosos, respetivamente na Ribeira Brava e na Tabua.

JM
quarta-feira
26 de agosto de 2020

PLATEIA

Debate rico em ideias e conteúdo

As Jornadas Madeira contaram com dois espaços de debate, ocasião em que a plateia ontem, presente no adro da Igreja da Ribeira Brava, deixou ideias, elogios, críticas, reparos e desabafos.

Micaela Freitas também concorda com a urgência de uma plataforma que evite duplicação de apoios

Micaela Freitas, presidente do Instituto de Segurança Social da Madeira, também marcou presença na Ribeira Brava. A partir da plateia, muito solicitada a esclarecimentos pela mesa, Micaela Freitas desfez dúvidas e esclareceu subsídios. Lembrou o FEAS e o FARL "criados para situações emergentes da covid", reconheceu que muitas situações reais possam "não chegar ao nosso conhecimento, por vergonha", porque a pandemia está a atingir uma faixa da população que "não está habituada a recorrer a apoios". Nas conclusões gerais desta quinta ronda das Jornadas Madeira 2020, , que pareceram reunir unanimidade entre todos os presentes, Micaela Freitas não poderia estar mais de acordo. "Já identificamos essa necessidade e já pedimos a criação de uma plataforma", lembrando eu a Segurança Social tem uma gestão nacional e referindo-se à reivindicação, expressa ao longo de toda a manhã, de que e será imperiosa uma agregação de dados dos apoios concedidos, para evitar duplicação que (quase) todos admitem estar a acontecer. E nessa pretensão junto do 'retângulo', Micaela Freitas diz ser essencial duas premissas: "registo de todos os apoios; partilha de informação entre todos os organismos".

José João Freitas contra sociedade 'subsidiodependente'

Na qualidade de munícipe da Ribeira Brava, José João Freitas disse ter concordado com José Manuel Rodrigues quando este afirmou que a pandemia é "um desafio e uma oportunidade". Considera que o "desafio está em manter a saúde no melhor possível", e que isto tem sido conseguido através da Secretaria Regional de Saúde, uma vez que a Madeira não regista vítimas mortais devido à doença covid-19. Realça que, para além disso, um outro desafio está em não deixar criar um sociedade 'subsidiodependente', admitindo que tem "um certo medo que algumas pessoas se deixem ficar amorfas, sem espírito de luta e de mão estendida". Acredita também que a Madeira tem um grande trabalho em mãos, nomeadamente no apoio no círculo da Diáspora, de dar a possibilidade aos lusodescendentes que chegam à Região "sem nada" de começarem uma nova vida.

Nélia Martins não quer ser fiscal das Finanças

Nélia Martins, provedora da Santa Casa da Misericórdia de Machico, deixou implícitas muitas críticas à gestão que vai sendo feita, dos apoios. Em mais de uma ocasião aludiu a "promessas que foram feitas em março e estamos já em agosto...", especificando que "já gastamos mais de cinco mil euros só em máscaras" e justificando não entender muito bem o frágil reconhecimento que é feito às IPSS. "Um idoso numa IPSS custa 1.470 euros ao governo e um idoso num lar público custa 1.870", disse, para fundamentar a sua incompreensão pelas dificuldades com que se debate. Falou também do "labirinto" que é atribuir um subsídio ao abrigo do 'FEAS', criticando o excesso de "burocracia". Mais, "não nos peçam para sermos fiscais das Finanças. Não é agora que vamos fiscalizar o que nunca foi feito antes", reivindicando que a matéria de política social terá de ser melhor esmiuçada, "tem de ser dividida em áreas, como

Clara Tiago questiona sobre continuidade dos apoios

A deputada do PSD na Assembleia Legislativa da Madeira Clara Tiago, questionou os oradores acerca da continuidade da ajuda às pessoas carenciadas através dos apoios do Fundo de Emergência para Apoio Social (FEAS), nomeadamente se este é entregue "de uma vez ou continua até que a situação das famílias se normalize". Micaela Freitas, a assistir na plateia, afirmou que quer o FAROL quer o FEAS, foram criados para situações emergentes da covid-19, mas "não obstante, existem outros apoios do ISSM que podem responder a casos de carência".

Cecília Cachucho fala da dificuldade em suportar "custos elevadísimos" para garantir segurança

Cecília Cachucho, provedora da Santa Casa de Misericórdia da Calheta, afirmou que o Governo Regional tem tomado "medidas assertivas" para com as pessoas no âmbito da pandemia, mas acredita que as instituições sociais, que "estão a fazer um trabalho de excelência", ficaram de parte na cedência de apoios. Sublinhou que estas tiveram e continuam ter dificuldade em suportar os "custos elevadíssimos" para que a segurança fosse garantida no interior dos lares, não replicando o cenário de surto verificado nos espaços situados no continente. "Continuamos com as regras bastante apertadas e para isso há muitos custos", vincou, pedindo celeridade do Governo na resposta às instituições.

Na sua intervenção, afirmou também que os acordos com os lares estão "desatualizados" e "desfasados" face à situação de grande dependência dos idosos para com os lares. "O nosso acordo em lar é de 2007", lamentou, acrescentando que as instituições "fazem milagres, e que "é preciso olhar para as instituições como parceiros de cooperação do Governo". "Não me importo nada de ir para um lar porque tenho a certeza de que os meus filhos não vão poder dar a qualidade que dão 24 horas por dia nos nossos lares", apontou a Bernardino Trindade. Salientou ainda a existência de idosos em situação de demência, a título de exemplo, a quem não está a ser dada "a qualidade que essas pessoas precisam, com pessoas mais especializadas."

Marco Martins lamenta a profissão de 'pedinte' e diz que quem precisa, tem vergonha de pedir

Marco Martins, presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava, falou 'português' e, mesmo sem ter direito a palmas, foi notório que a sua intervenção colocou o dedo na ferida. "Trabalho em parceria com outras entidades e a mim não me importa quem dá o quê. Importa é que quem necessita seja apoiado e que esse apoio chegue às pessoas. Normalmente quem não precisa é que pede. A profissão é pedinte: pede ao Marco, pede ao Ricardo, pede à Olga, pede à Clara... cinco euros aqui, cinco euros ali e no final faz muito dinheiro. Mas quem realmente precisa, sente-se envergonhando e não pede. A minha Junta de Freguesia tem um orçamento de 160 mil euros e só para ordenados são 80 mil euros. Mesmo assim, vamos resolvendo problemas locais, ma não podemos acudir a todos. Não podemos fazer muito mais, mas o mais importante é que o apoio seja concretizado", disse, com enorme frontalidade.

Olga Fernandes diz que não é apenas com um kit bebé que se resolve a natalidade

A partir da plateia, Olga Fernandes, deputada do PS na ALRAM, efetuou uma intervenção em que exaltou que isto não vai lá apenas com subsídio dependência. A falar no seu concelho, na Ribeira Brava, Olga Fernandes relevou, por exemplo, que "não é com um kit bebé que se resolve a natalidade". Reconheceu que "ajuda", mas depois "essa criança cresce e não terá as mesmas oportunidades de outras". Olga Fernandes exaltou, também, que "a pobreza envergonha já existia" e que a pandemia apenas trouxe à evidência. Uma realidade, também, extensiva à leitura que "dependíamos em excesso do turismo".

Leontina Santos defende reestruturação das respostas sociais

Leontina Santos, diretora do Lar da Tabua, afirmou que estamos a viver um período onde surge a necessidade de "não apenas fazer mais e melhor" como também "fazer de forma diferente" no que concerne às respostas sociais. "Somos uma ilha pequena", afirma, e é nesse sentido que gostaria que existisse uma equipa que juntasse ideias soltas e verificasse quais aquelas a adotar de imediato.

FOTOS JOANA SOUSA

Políticas sociais pedem perguntas e reparos

O adro da Igreja da Ribeira Brava foi palco para quase três horas de debate rico em ideias válidas e conteúdos que aguardam por ser canalizados em ações céleres.
A quinta edição das Jornadas Madeira 2020 teve um debate preenchido pelas temáticas da demografia, a terceira idade, a necessidade de cruzar apoios, e muitas outras ideias e reivindicações. Um auditório bem composto, que não só quis depositar problemas, mas também encontrar soluções nas políticas sociais.